

Armando Emílio Guebuza

(Murrupula, Nampula, 20 de Janeiro de 1943) Foi Presidente de Moçambique entre 2005 a 2015. Juntou-se à FRELIMO em 1963. No Governo de Transição (1974-1975), Guebuza ocupou a pasta da Administração Interna e no primeiro Governo de Moçambique independente a pasta de Ministro do Interior. Foi o Chefe da Delegação do Governo às negociações com a Renamo, em Roma, quando era Ministro dos Transportes. Depois de assinado o AGP – Acordo Geral de Paz, foi nomeado chefe da delegação do governo na Comissão de Supervisão e Implementação do AGP para Moçambique.

Projecto: Caminhos da paz

Moçambicano

P.: Considera que a guerra em Moçambique se desenvolveu fundamentalmente devido ao confronto mundial Leste-Oeste? Ou acha que foi mais por causa do contexto da luta do *apartheid* e da situação na África Austral?

AG: A guerra em Moçambique tem naturalmente a ver com o conflito Leste-Oeste (guerra fria) mas também tem a ver com a realidade aqui da região. Moçambique aparece em 1975 como uma potência estranha num mundo em que era praticamente de domínio de minorias racistas brancas. E a entrada de Moçambique geográfica e politicamente para esta área cria sérias preocupações ao regime de Ian Smith¹, assim como ao regime do *apartheid*. E, obviamente, com alianças que tinham com alguns indivíduos portugueses, que na altura eram fascistas e porque pensavam em termos coloniais não conseguiam ultrapassar essa sua maneira de pensar e de agir, criaram-se as condições óbvias para que houvesse subversão que resultasse numa guerra em Moçambique.

Portanto, as condições concretas que a ameaça de Moçambique representava na região determinaram, em grande parte, o aparecimento desta guerra.

P.: Considera que o envolvimento das igrejas no processo pré-Roma, através de cartas pastorais e de encontros com o Presidente da República, serviu de alavanca para as negociações?

AG: É óbvio que isso também deve ser tomado em consideração, mas a consciência de que a guerra não deveria continuar não nasce daí. Esse é um elemento que concorreu para compreendermos que, afinal de contas, tínhamos organizações, neste caso em

¹ Ian Douglas Smith (Selukwe, 8 de Abril de 1919 — Cidade do Cabo, 20 de Novembro de 2007) foi Primeiro-ministro da colónia britânica da Rodésia do Sul entre 13 de Abril de 1964 e 11 de Novembro de 1965 e Primeiro-ministro da Rodésia, depois da Declaração Unilateral de Independência, em 11 de Novembro de 1965, até 1 de Junho de 1979.

particular organizações religiosas, que estavam tão preocupadas com o processo em curso, isto é, com a necessidade de se acabar com a guerra, assim como nós estávamos preocupados. Essencialmente é isso.

P.: As negociações antes de chegarem a Roma ainda escalaram em Nairobi. Pode explicar o que aconteceu?

AG: De facto, nunca estive em Nairobi nessa condição [como chefe de delegação], isso não aconteceu. Mas aquilo que aconteceu em Nairobi basicamente foi: Alguns quadros do Governo estiveram em Nairobi e, por outro lado, havia também personalidades religiosas que estiveram em Nairobi a estabelecer contacto com a RENAMO para que houvesse negociações. E foi o que aconteceu, eu não estive.

Eu estive, sim, no Malawi. Nas andanças no Quénia chegou-se à conclusão que podíamos ter um encontro, que podíamos negociar no Malawi. E fomos lá numa delegação governamental, mas a RENAMO nunca apareceu. Portanto, não aconteceu nada. Não chegámos sequer a encontrar-nos com eles, conversámos com as autoridades malawianas e nada mais.

E daí encontrámos a solução via Roma, via Santo Egídio². Portanto, por um lado, sabíamos que o Governo Italiano também estava preocupado com a situação e estava disponível a dar a ajuda que fosse necessária e, por outro, sabíamos que Santo Egídio também estava disponível. Eram nossos amigos de há muito tempo. Alguns dos seus dirigentes participaram em vários eventos aqui em Moçambique mostrando a sua amizade para com os Moçambicanos. É lá é que a coisa aconteceu, de facto.

P.: Já conhecia o mediador Mario Raffaelli³?

AG: Naturalmente, Mario Raffaelli é conhecido aqui em Moçambique e acontece também que, quando estava no Governo, tive várias oportunidades de me encontrar com ele a título oficial, mas também como amigos e sabíamos do seu empenho em apoiar Moçambique.

É preciso recordar uma coisa interessante. Logo após a proclamação da independência, uma preocupação que o Governo Moçambicano teve foi de ter infra-estruturas que pudessem garantir resolver os nossos problemas, por exemplo, ao nível da água e da irrigação. Ora, Mario Raffaelli, como Secretário de Estado, Italiano, para a cooperação na altura, foi a personalidade que trabalhou com o Governo Moçambicano para se construírem as barragens de Corumana e dos Pequenos Libombos.

² A Comunidade de **Sant'Egídio** é uma organização católica fundada em 1968 no bairro de Trastevere, em Roma, Itália, dedicada à caridade, evangelização e promoção da paz.

³ **Mario Raffaelli** (Trento, 15 de Maio, 1946) é um político Italiano, membro do Partido Socialista Italiano. Entre 1990 e 1992 representou o Governo Italiano nas negociações que levaram ao Acordo Geral de Paz entre o Governo de Moçambique e a RENAMO.

P.: Dom Jaime Gonçalves⁴ vinha de um contexto em que, nem sempre, as relações com o Estado eram as melhores. Como foi encarada a sua integração no processo negocial?

AG: Há a interpretação de fora e a de dentro. E na de dentro temos que ser realistas. E ser realistas significava que, se Dom Jaime podia contribuir para resolver o problema da guerra, por que razão não se iria trabalhar com ele? Por isso, não hesitámos em nenhum momento quando Dom Jaime aparece como mediador. Não tivemos nenhum problema com isso. E trabalhamos durante todo o período sem problemas com Dom Jaime.

P.: Qual era o seu primeiro mandato negocial?

AG: Bom, o meu primeiro mandato... Porque tinha que ser primeiro e segundo? Bom, não havia nem primeiro, nem segundo. Essencialmente era ir e negociar para que houvesse paz. Como sinal de paz logo no início, esperávamos - já isso era a nossa estratégia – obter um cessar-fogo. Mas isso não aconteceu, obviamente, e demo-nos conta da complexidade, ao nível negocial, das questões que tínhamos e continuámos a trabalhar nessa base.

P.: Como descreveria esse primeiro encontro com a RENAMO?

AG: Reconhecemo-nos facilmente, tivemos o aperto de mão que era absolutamente normal ter e também com o chefe da delegação da RENAMO tivemos um aperto de mão. Eu, por um lado, curioso. “Como é que ele é? Como vê as coisas?”

P.: Como se fazia a coordenação entre a delegação do Governo e o Presidente Chissano⁵?

AG: Tínhamos reuniões quando estávamos em Maputo, nas quais analisávamos o processo e se definiam as linhas de trabalho. Reuniões presididas naturalmente pelo presidente Chissano. Íamos para Roma e verificávamos no processo se havia alguma alteração de linha e, se houvesse alguma alteração de percurso, procurávamos imediatamente esclarecer. E tínhamos contacto telefónico. Naquele momento não havia tantos telefones celulares. Os Italianos tinham o que chamavam de *telefonino*, mas era só para contactar lá na Itália, não tínhamos acesso a isso, não estávamos sequer habituados. E, portanto, era esse o momento. Entretanto, lá [em Roma] também analisávamos sempre, reuníamos e analisávamos a situação e víamos qual o ponto que precisávamos de acertar. A partir daí, pedíamos instruções da capital.

⁴ **Dom Jaime Gonçalves**, (Nova Sofala, 26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira, Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992.

⁵ **Joaquim Alberto Chissano** (Malehice, Chibuto, Gaza, 22 de Outubro de 1939) é um político Moçambicano, veterano da luta armada da Frelimo, foi primeiro-ministro do Governo de Transição e depois da proclamação da independência de Moçambique é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi o segundo presidente de Moçambique de 1986 a 2005.

P.: Em Dezembro de 1990 ocorre o primeiro acordo, que foi o cessar-fogo parcial. Acha que contribuiu para os passos negociais seguintes?

AG: Alcançar esse processo mostrou que era realmente possível alcançar o sucesso total. Aquele seria um passo importante. Pela primeira vez nas nossas discussões aparecia um elemento que mostrou que, afinal de contas, nós queríamos e podíamos alcançar a paz através dele.

O segundo aspecto permitiu ajudar a reduzir as tensões, psicologicamente, na medida em que havíamos de ter aqui em Maputo um comando que se chamava COMIVE⁶ e que tinha também elementos da RENAMO, estando nós em plena guerra. Era uma esperança de que, mais cedo ou mais tarde, iríamos criar um órgão que havia de cobrir todo o Moçambique, para além daquilo que eram os corredores.

P.: Concorda que o primeiro problema a ultrapassar relacionava-se com falta de confiança entre as partes?

AG: Nós tivemos sorte. Há outros que entram em negociações e a primeira coisa que discutem não é qual a agenda, mas sim quem se senta onde, qual é o lugar de cada delegação. E nós esse problema, felizmente, não tivemos. Agora, quanto ao discutir o que discutir, era um processo que se arrastava e que até certo ponto se prolongou até ao fim das negociações. Havia sempre um ponto novo na agenda ou que entrava e saía das negociações.

Mas é claro que, a partir do momento que decidimos sentarmos juntos e dizer: “Vamos lutar para alcançar a paz o mais rapidamente possível”, os elementos básicos a discutir eram a aprovação de uma agenda comum, o que levou o seu tempo.

P.: Pode descrever o processo que resultou na assinatura do chamado preâmbulo (princípios fundamentais) e se constituiu um ponto de viragem?

AG: As nossas negociações foram um processo que, à partida, tinha vai-e-vens. Portanto, nós concordávamos com uma certa coisa e depois uma parte, em particular a RENAMO, pensava que não era bem assim e voltávamos a discutir de novo a mesma questão. A questão dos Princípios Gerais, de facto, é claramente aprovada a partir do momento em que nos sentámos à mesa e discutimos. Nós reconhecíamos que a RENAMO era um partido e eles reconheciam que nós éramos Governo.

Mas a formalização disso levou o seu tempo e, às vezes, concordávamos nesse aspecto e depois voltávamos a escrever de novo, até que se achou que era necessário formalizar essa questão dos Princípios Gerais. Isso foi muito importante. Isto demonstra um pouco a natureza do nosso debate, das nossas discussões. Era interactivo, íamos, voltávamos, íamos e voltávamos e nesse processo conhecíamos-nos melhor, íamos entendendo

⁶ **COMIVE** - Comissão Mista de Verificação criada a 1 de Dezembro de 1990 para supervisionar o cumprimento do Acordo assinado em Roma, segundo o qual as tropas zimbabueanas são confinadas ao longo dos corredores da Beira e Limpopo e a RENAMO compromete-se a não atacar esses corredores.

melhor as preocupações uns dos outros e, portanto, consolidando as possibilidades de alcançarmos resultados certos.

Vou dar um exemplo, já agora, sobre Angola. Tive a oportunidade de encontrar com os meus amigos portugueses. Durante as negociações fui a Lisboa. E diziam-me assim: “Vocês deviam fazer como se faz em Angola. Angola aprova somente os Princípios Gerais e, pronto, já estão lá.” Ainda não tinha havido aquela situação da eleição que resultou, no que nós sabemos, que foi praticamente a assinatura de uma situação de guerra de novo. E nós dizíamos: “Nós temos o nosso processo, deixem-nos andar com o nosso processo tal como nós estamos andando”. O nosso processo era mais lento, sim, mas era mais maduro.

P.: Falava muito da confiança entre as partes. O que foi feito para que esse ambiente de confiança se instaurasse?

AG: Uma parte é a relação humana e outra é a confiança. Em negociações desta natureza, o elemento de confiança tem a importância que tem. Mas para mim não é central. O que é importante é que haja um elemento exterior a nós, como indivíduos, que produza essa confiança. Isto é, pensámos que a confiança pudesse ser produzida pelo facto de termos uma Constituição, ou então, pelo facto de termos Princípios Gerais. Relacionando-nos com eles e acreditando que todos reagiriam da mesma maneira, então assim se criavam as condições para avançarmos no sentido do progresso. Não, necessariamente, a relação entre nós indivíduos que lá se encontravam.

Naturalmente que quanto ao relacionamento pessoal, é óbvio que isso conta muito. E a relação entre nós foi melhorando gradualmente. Aliás, houve uma ocasião em que os mediadores criaram condições para um almoço em que estava eu e o Raul Domingos apenas. E, claro, estavam muito nervosos, entravam pela sala e saíam. Os mediadores não sabiam o que poderia acontecer. Mas estivemos a conversar “numa boa”, como diria a nossa gente. Isto é para dizer que, sim, as relações humanas foram forjando-se, foram desenvolvendo-se. As relações de confiança somente em relação a certas referências, neste caso são a Constituição, os Princípios Gerais que também eram um reflexo da Constituição, etc.. também se foram desenvolvendo.

P.: A dada altura a RENAMO queixava-se de que o parlamento em Maputo estaria a discutir matérias que seriam as mesmas que Roma iria discutir e isso bloqueou em alguma medida o processo. O que estava em causa?

AG: A RENAMO é que pode dizer. Mas parece-me que não houve atenção suficiente por parte da RENAMO sobre aquilo que estava a ocorrer no país. Em 1990, nós aprovámos uma Constituição, nova, diferente. Por conseguinte, essa Constituição tinha implicações e uma delas era abrir o espaço político a outras forças políticas, portanto, o multipartidarismo. E naturalmente tinha que se continuar com o processo de se avançar para o multipartidarismo.

A RENAMO é que pode explicar melhor qual era a sua preocupação. Do nosso lado achávamos perfeitamente que essa era uma forma de se consolidar a vontade de paz e de cooperação com outras forças políticas do nosso país. E eu penso que se fez isso. A Assembleia estava preparada para aceitar o processo de paz e o acordo que mais tarde surgiu em Roma.

P.: A uma dada altura, o presidente (Robert) Mugabe⁷, em colaboração com Tiny Rowland⁸, marca um encontro para Gaborone. Como é que a delegação do Governo reagiu?

AG: Não se punha o problema, não tínhamos absolutamente nenhum problema. Primeiro porque acompanhámos todo processo. Soubemos que ia acontecer uma reunião. Soubemos dos resultados da reunião e, por conseguinte, estava perfeitamente dentro da nossa estratégia.

P.: Chegamos então a Agosto em que se marcou uma cimeira para se decidir a data de assinatura do acordo de paz. Em que medida essa cimeira era importante?

AG: A cimeira de Agosto, em parte, resultou da cimeira de Gaborone. Portanto, era preciso validar aqueles acordos alcançados e é possível que tenha havido preocupação por parte dos nossos mediadores. E em Roma faz-se a reunião. E esta reunião era para acertar os pontos e chegar à conclusão sobre a data para assinar, 1 de Outubro, mas que depois se transformou em 4 de Outubro.

Eu penso que foi um momento bom, porque permitiu levar a comunidade internacional a assistir, digamos assim, à boa vontade ou à vontade de cooperação tanto da parte do Presidente de Moçambique quanto do Presidente da RENAMO. A reunião, na presença dos mediadores, numa instituição, num edifício oficial de Roma, ajudou muito também para dizer que este é um processo para avançar porque tem apoios por parte dos governos também, para além da Igreja.

P.: Nas vésperas da data marcada houve momentos de muita hesitação. A RENAMO dizia que era capaz de não vir. Como é que viveu esses momentos finais?

AG: Com muita tensão. O problema era saber se ia de facto acontecer ou não. Se no dia 1 de Outubro não aparecia a outra parte do acordo a situação não seria assim tão fácil.

⁷ **Robert Gabriel Mugabe** (Kutama, Harare, 21 de Fevereiro de 1924) é o actual presidente do Zimbabwe. Lidera o país desde 1980, primeiro como primeiro-ministro e, desde 1986, como Presidente com poderes executivos. Participou no movimento de libertação de Joshua Nkomo, a ZAPU, em 1960 e três anos mais tarde funda a União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica (ZANU-PF). É preso em 1964 devido às suas actividades políticas, sendo libertado em 1974, altura em que parte para Moçambique, onde lidera uma guerrilha que se opõe ao Governo de minoria branca de Ian Smith. Torna-se primeiro-ministro da ex-Rodésia (já depois do fim do Governo liderado por Ian Smith) em 1980, ao vencer as primeiras eleições democráticas. Em Abril do mesmo ano, é declarada a independência do país que passou a ser designado por Zimbabwe

⁸ **Roland "Tiny" Rowland** (1917-1998) foi um controverso empresário britânico de alto perfil, lobista corporativo e Chefe do Executivo da Lonrho de 1962 a 1994. Ganhava fama a partir de uma série de ofertas públicas de aquisição para assumir o controle do Harrods. Era conhecido por seus complexos interesses comerciais na África, a sua proximidade a vários líderes africanos e por sua suposta cooperação com o MI6 no que se refere à política externa britânica pós-colonial em África.

Felizmente, estavam presentes não só as autoridades moçambicanas - o presidente de Moçambique e outros dirigentes aqui de Moçambique - mas também entidades de países vizinhos. Estamos a falar do Zimbabwe, Botswana, também do Quênia - em alguns casos - e, se não estou em erro, também da África do Sul, nomeadamente o Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou alguém que o representava.

Mas havia outra coisa. Acompanhávamos o que se passava no país e sabíamos que todo o país estava parado à espera do resultado de Roma. Isso dava-nos mais força, porque dizíamos: “Vale a pena, vale a pena passar por isto se o resultado for positivo porque assim levaremos uma boa nova para o nosso país”.

P.: Olhando para o processo de paz Moçambicano à luz dos dias de hoje, acha que poderia ter sido mais rápido?

AG: Não, não podia. Para ter os resultados que tivemos creio que não era possível ter sido mais rápido. Mas quem sabe, talvez ainda pudesse ter-se arrastado um pouco mais. Nunca se sabe. Mas o certo é que o tempo que levou justificou os resultados que alcançámos.

P.: Como avalia a acção dos mediadores e do Governo Italiano? Como se desenvolveram os laços da delegação moçambicana com os mediadores, em particular com Mário Raffaelli?

AG: Foi impressionante. Eu disse que uma das questões que costuma consumir muito tempo quando há negociações desta natureza é “quem se senta onde”, “quem é quem”. E nós não tivemos esse problema. Em parte, porque tivemos bons mediadores e realmente é óbvio que o papel do Raffaelli, como representante do Governo Italiano, foi extremamente importante.

Sabe porquê? Entre outras coisas, ele falava com todos nós à vontade. Não posso saber de onde é que vinha a sua vontade para falar com os membros da RENAMO, mas acredito que, no papel de mediador, ele tinha que falar à vontade com todos. E ao falar com todos nós à vontade, isso facilitava. Ele sabia o que nós pensávamos e isso facilitava muito.

P.: Houve uma evolução política da Frelimo decorrente do próprio processo do Acordo de Paz?

AG: Sabe, o partido Frelimo é um organismo que vive profundamente os momentos históricos em que se insere. É um organismo que se preocupa em compreender o que é que o povo quer e como quer. Procura dar respostas a esses desafios. Respostas, naturalmente, estando na condição de dirigente, considerando que ele [o partido] pode garantir que esses desafios encontrem respostas adequadas. Portanto, este processo que temos desde 1962 até hoje mostra como é que este organismo se foi desenvolvendo ao longo do tempo. Podemos comparar ao organismo de um animal que, ao longo do

tempo, vai mudando, mas não deixa de ser ele próprio. E a Frelimo é isto e ao longo da história vai continuar a ser isso. É por isso que dizemos que o nosso partido é um partido das transformações.

P.: Por um lado o acordo de paz é um documento, por outro, o acordo de paz é um espírito à letra. Como é que esses dois elementos funcionam no caso Moçambicano?

AG: À letra, obviamente, que deu aquilo que nós sabíamos que estava a dar. Deu uma Constituição, mais uma vez em 1992, e que teve que incorporar os elementos do acordo. E deu aquilo que sabemos que é a situação actual. E como espírito, obviamente, os Moçambicanos, desde o momento em que se assinou o acordo, agiram efectivamente como irmãos uns dos outros. Não sei se à letra diz isso ou não. A letra deve pôr isso em forma de amnistia, mas fomos para além do aspecto legal.

Os Moçambicanos vivem e são hoje muito mais tolerantes uns com os outros. Basta assistir a uma sessão nossa no Parlamento, onde ouvimos as coisas mais extremas sobre qualquer assunto. E as mesmas pessoas que falam dessa maneira, ao saírem, estão juntos a conversar, pertencendo a partidos diferentes. Então, esse é o espírito que continua: a tolerância e o respeito pela opinião do outro. Mas sem significar, naturalmente, ter que aceitar o que o outro diz enquanto não for claro e não for convencido, ou persuadido, a aceitar.

P.: Como situa a sua participação no Acordo de Paz no seu trajecto pessoal, qual foi o seu contributo? Quais os momentos mais marcantes?

AG: Isso cabe a outros concluírem. Do meu lado fiz o máximo que podia fazer. Mas não sei que valor isso tem para muitas outras pessoas. Portanto, cabe aos outros concluírem. A minha grande satisfação é que aconteceu aquilo que todos nós queríamos e dei uma contribuição. Fiz a minha parte.

O mais positivo foi a assinatura. O mais difícil foi exactamente esses 4 dias à espera da assinatura.